

# **Luta pela Paz**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de dezembro de 2018 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Diretores e Administradores da  
Luta pela Paz (anteriormente denominada "Associação Luta pela Paz")

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Luta pela Paz ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luta pela Paz em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

*Imóvel doado pela ONG Viva Rio*

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a sede da Entidade, uma edificação doada pela ONG Viva Rio, situada na Rua Teixeira Ribeiro, 900, Bonsucesso - Maré/Rio de Janeiro, encontra-se em processo de regularização de transferência de titularidade de sua escritura. A Administração já enviou à Prefeitura do Rio de Janeiro a documentação necessária à sua transferência para a regularização da situação legal do imóvel, mas até esta data essa regularização não foi finalizada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2020

DELOITTE BRASIL  
Auditores Independentes Ltda.



Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

LUTA PELA PAZ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVOS	Nota	2018	2017	PASSIVOS	Nota	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	406.195	48.725	Lei de Incentivo ao Esporte	7	955.724	774.808
Títulos e valores mobiliários	4	160.175	745.877	Proventos e encargos sociais a pagar	6	2.022.983	2.185.648
Caixa restrito	4	204.739	437.865	Outros passivos		<u>105.002</u>	<u>8.794</u>
Caixa restrito - lei de incentivo ao esporte	7	728.070	-	Total do passivo circulante		<u>3.083.709</u>	<u>2.969.250</u>
Títulos e valores mobiliários restrito	7	227.654	775.243				
Adiantamentos diversos		<u>78.208</u>	<u>28.738</u>				
Total do ativo circulante		<u>1.805.041</u>	<u>2.036.448</u>				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Títulos e valores mobiliários restritos	4	1.942.110	1.569.331	Patrimônio social	9	1.109.384	1.041.730
Imobilizado	5	<u>395.374</u>	<u>472.855</u>	(Déficit) superávit do exercício		<u>(50.568)</u>	<u>67.654</u>
Total do ativo não circulante		2.337.484	2.042.186	Total do patrimônio líquido		1.058.816	1.109.384
		-	-			-	-
TOTAL DOS ATIVOS		<u>4.142.525</u>	<u>4.078.634</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.142.525</u>	<u>4.078.634</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUTA PELA PAZ

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(50.568)	67.654
Itens que serão reclassificados subsequentes para a demonstração do resultado	-	-
	<u>(50.568)</u>	<u>67.654</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUTA PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>2.035.497</u>	<u>(993.767)</u>	<u>1.041.730</u>
Incorporação do déficit do exercício anterior	(993.767)	993.767	-
Superávit do exercício corrente	-	67.654	67.654
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>1.041.730</u>	<u>67.654</u>	<u>1.109.384</u>
Incorporação do déficit do exercício anterior	67.654	(67.654)	-
Déficit do exercício corrente	-	(50.568)	(50.568)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>1.109.384</u>	<u>(50.568)</u>	<u>1.058.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

LUTA PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas com doações	11	6.108.141	6.695.786
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	12	(2.999.371)	(3.170.603)
Despesas com projetos	13	(3.078.730)	(3.458.834)
Despesas com depreciação	5	<u>(108.838)</u>	<u>(80.685)</u>
		<u>(78.798)</u>	<u>(14.336)</u>
(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
		(78.798)	(14.336)
Resultado financeiro líquido	14	28.230	81.990
(DEFICIT) SUPERAVIT DO EXERCICIO			
		<u>(50.568)</u>	<u>67.654</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---



LUTA PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Superávit (déficit) líquido do exercício		(50.568)	67.654
Ajustes ao superávit (déficit) líquido do exercício:			
Depreciações	5	108.838	80.685
Provisões		-	688.341
Ativo imobilizado baixado	5	2.052	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(95.370)	(141.949)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Adiantamentos diversos		(49.468)	19.053
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Lei de Incentivo ao Esporte	7	180.916	(428.333)
Proventos e encargos sociais a pagar		(162.665)	(14.372)
Outros passivos circulantes		<u>96.208</u>	<u>(62.843)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>29.943</u>	<u>208.236</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Títulos e valores mobiliários		855.880	(824.603)
Caixa restrito		(494.944)	(238.968)
Adições ao imobilizado	5	<u>(33.409)</u>	<u>(66.931)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>327.527</u>	<u>(1.130.502)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u>357.470</u>	<u>(922.266)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	48.725	970.991
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	406.195	48.725
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u>357.470</u>	<u>(922.266)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

## LUTA PELA PAZ

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

#### FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Luta pela Paz ("Entidade" ou "Luta pela Paz" e anteriormente denominada "Associação Luta pela Paz") origina-se de um projeto criado em 2000 na ONG carioca Viva Rio, pelo pesquisador inglês e ex-lutador de boxe Luke Dowdney. Graças ao sucesso e ao crescimento da Luta pela Paz no Rio de Janeiro, o projeto tornou-se independente da ONG Viva Rio no ano 2007, estabelecendo-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, regido por seu estatuto social e pela legislação em vigor, com prazo de duração indeterminado.

### 1.1. Isenção da contribuição previdenciária patronal (certificação CEBAS)

O Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social, concedeu à Luta pela Paz, em 17 de julho de 2018, a certificação de entidade beneficente de assistência social (CEBAS). Por conta dessa certificação, a entidade fará jus aos benefícios da Lei 12.101 de 2009, especialmente a contribuição patronal da seguridade social, que corresponde a 20% sobre o gasto da folha de pagamento.

A Entidade é mantida através de doações espontâneas e tem como objetivo proporcionar a crianças e jovens moradores do Complexo da Maré (um complexo de 17 favelas na cidade do Rio de Janeiro) uma alternativa de vida distante da violência armada e do crime. Em assembleia geral extraordinária realizada em 21 de novembro de 2017 foi aprovada a alteração do nome da Entidade de Associação Luta pela Paz para Luta pela Paz.

A sede da Entidade, uma edificação doada pela ONG Viva Rio situada na Rua Teixeira Ribeiro, 900, Bonsucesso - Maré/Rio de Janeiro, encontra-se em processo de regularização da transferência de titularidade da sua escritura. A Administração já enviou à Prefeitura do Rio de Janeiro a documentação necessária à sua transferência para a regularização da situação legal do imóvel. A partir de 2017, a Luta pela Paz iniciou o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) desse imóvel, pagando inclusive valores retroativos desde 2012.

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 tem um total de 60 funcionários (49 em 31 de dezembro de 2017) e beneficia diretamente mais de 1.600 jovens todos os anos (informações não auditadas).

A metodologia da Entidade é oferecida aos jovens membros das academias no Rio de Janeiro por meio de vários serviços e através dos projetos descritos abaixo:

### 1.2. Projeto Atletas da Paz

O projeto Atletas da Paz integra atividades esportivas de Boxe & Artes Marciais com aulas de Desenvolvimento Pessoal, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens, com faixa etária entre 7 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré. Complementando estas atividades, a Luta pela Paz também oferece o acompanhamento psicossocial dos jovens, identificando suas necessidades particulares e encaminhando-os para atendimento especializado.

Através da coleta sistemática de informações dos jovens, a equipe da Luta pela Paz consegue mapear e analisar o engajamento dos jovens nas diferentes atividades do projeto, maximizando o impacto no desenvolvimento dos mesmos. Questionários, entrevistas em profundidade e grupos focais são aplicados para investigar o alcance dos resultados a curto e longo prazo, bem como o impacto das iniciativas em dimensões relevantes para o desenvolvimento dos beneficiários.

- Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 1.259 (informação não auditada)
- Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018: 1.256 (informação não auditada)

### 1.3. Projeto Novos Caminhos

Iniciado em 2009, o projeto tem como foco acessar e engajar jovens com idade entre 16 a 29 anos de idade, que estejam há mais de 2 anos fora da escola, sem qualquer tipo de qualificação ou emprego - um público socioeconomicamente vulnerável e marginalizado.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece o conteúdo do Ensino Fundamental e Ensino Médio através de aceleração escolar, certificando-os através de parceria com duas entidades educacionais privadas: Colégio Daltro e Fundação Roberto Marinho. Além disso, são oferecidos também: orientação profissional e capacitação técnica, aulas de desenvolvimento pessoal e o acompanhamento individual realizado por mentores.

Ao completarem o ciclo de formação no ensino fundamental e médio, os jovens que ingressaram no projeto têm garantida a formação educacional básica, a partir da qual podem continuar seus estudos (ensino médio para os concluintes de Ensino Fundamental e/ou Ensino Técnico e Ensino Superior para os concluintes do Ensino Médio) e construir novas possibilidades dentro do mercado de trabalho, ampliando as opções de escolha de carreira profissional.

- Jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 63 (informação não auditada).
- Jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018: 40 (informação não auditada).

### 1.4. Projeto Reforço Escolar

Iniciado em 2016, o projeto tem como foco acessar e engajar jovens com idade entre 10 a 15 anos de idade, que estejam matriculados na rede pública de ensino fundamental em escolas da Maré e apresentem dificuldades de aprendizado ou alto risco de evasão do sistema educacional.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece atividades suplementares à educação formal, focando em conteúdo de linguagens e raciocínio lógico a partir de abordagens lúdicas e inovadoras, buscando ressignificar a relação deles com a Educação, prevenindo/mitigando o risco de evasão e melhorando o desempenho escolar (notas e/ou progressão seriada). Além destas atividades, os jovens têm também garantido o acompanhamento individual realizado pela equipe multidisciplinar de suporte social, que também realiza um trabalho de engajamento e acompanhamento da família.

Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 60 (informação não auditada).

Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018: 63 (informação não auditada).

#### 1.5. Projeto Especial

O "Projeto Especial" é uma iniciativa-piloto, que visa trabalhar com jovens em profunda vulnerabilidade socioeconômica e risco social. O objetivo final do projeto é afastá-los dos elementos de vulnerabilidade, encaminhá-los para o mercado de trabalho e oferecer-lhes acesso à educação, construindo, assim, um caminho sustentável para o futuro. O sucesso do projeto será progressivamente atingido por meio de uma combinação de métodos intensivos de acompanhamento e apoio individual, bolsas, cursos rápidos de educação e acesso a empregos formais de maneira a estabelecer uma saída de longo prazo aos participantes.

Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 13 (informação não auditada)

Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018: 13 (informação não auditada).

Além destes projetos centrais, a Luta pela Paz também desenvolve outras ações pontuais, oriundas de financiadores específicos. A saber:

Lei de Incentivo ao Esporte - Projeto "Campeões Comunitários"

O projeto 'Campeões Comunitários', iniciado em agosto de 2016, e financiado com recursos oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte, tem como objetivo principal oferecer aulas de diferentes modalidades (Boxe, Judô, Taekwondo e Muay Thai) para crianças e jovens do Complexo da Maré em três locais (Sede, Baixa do Sapateiro e Marcílio Dias) com previsão de atendimento de 620 beneficiários ao longo de um ano.

Através da realização destas atividades, objetiva-se:

- i. Promover o bem-estar físico dos participantes do projeto através dos treinos esportivos.
- ii. Promover o bem-estar emocional e autoconfiança dos participantes do projeto através das atividades esportivas e de cidadania.
- iii. Promover o respeito às diferenças e aos semelhantes, através das atividades de cidadania.
- iv. Garantir a satisfação dos participantes do projeto com as ações desenvolvidas.

Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 994 (informação não auditada)

Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018: 620 (informação não auditada).

#### 1.6. Projeto "Na Ativa"

Iniciado em 2016, o projeto tem como objetivo engajar jovens de 16 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré e que estejam desempregados e/ou sem qualificação profissional formal para possibilitar a inserção no mercado de trabalho, através de parcerias com empresas num modelo de consultoria de recrutamento & seleção.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece aulas em três módulos diferentes de treinamento (básico, específico e técnico), em suas instalações, inserindo os jovens num ambiente profissional e com regras específicas de participação. Os cursos têm duração variada, de

1 mês e meio a 1 ano, e são acompanhados de atividades de orientação vocacional, para elaboração de plano de carreira. Ao término da formação, os concluintes são encaminhados para oportunidades de emprego captadas junto à rede de parceiros/empresas da Luta pela Paz, que trabalham em conjunto com a organização para levantar demandas de mão de obra profissionalizada. Uma vez inseridos, os jovens são acompanhados regularmente pela equipe da Luta pela Paz, em conjunto com os representantes das empresas contratantes, visando garantir sua retenção e crescimento no ambiente de trabalho.

- Jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 155 (informação não auditada)
- Jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018: 141 (informação não auditada).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Assembleia dos Associados 10 de Janeiro de 2020.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são resumidas como segue:

### a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis.

### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

### c) Uso de estimativas e julgamentos

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis adotadas pela Entidade, a Administração adota julgamentos e premissas que podem gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revisados em uma base contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período no qual a estimativa é revisada.

### Provisões para riscos

As provisões para ações judiciais e demais assuntos que envolvam expectativa de desembolso futuro de caixa são estimadas pela Administração em conjunto com seus consultores legais externos, considerando o provável desfecho da discussão em termos de desembolso financeiro. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar para a Entidade. A Entidade está ciente de sua exposição ao risco de ser acionada judicialmente.

### Vida útil dos ativos imobilizados com vida útil definida

A depreciação é estimada a fim de depreciar o custo de ativos imobilizados, com exceção dos imobilizados em andamento, utilizando as suas vidas úteis estimadas, pelo método do cálculo linear. Vidas úteis estimadas são determinadas com base em experiência prévia e melhor gestão do conhecimento, e são revisadas anualmente.

## d) Instrumentos financeiros

### Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, e são avaliados com base no custo amortizado.

### Ativo financeiros não derivativos

#### Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da sua contratação sem risco de perda significativa de valor.

#### Títulos e valores mobiliários

São substancialmente investimentos financeiros em fundos de renda fixa, remunerados de acordo com a variação do CDI, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não excedem o seu valor de mercado.

#### Títulos e valores mobiliários restritos

Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos da Lei de Incentivo ao Esporte, são apresentados nas seguintes rubricas: (i) "Títulos e valores mobiliários restritos", representados pelos recursos obtidos dos projetos ainda não iniciados ou não liberados para utilização pelo Ministério do Esporte, e (ii) "Caixa restrito", representado pelos recursos já liberados pelo Ministério do Esporte, mas cuja utilização deverá ocorrer após o prazo de 90 dias, conforme previsto no orçamento do projeto.

### Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar e outros passivos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

#### e) Apuração do superávit (déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit (déficit) do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas. Estas doações e contribuições são usualmente contabilizadas quando recebidas em virtude da impossibilidade de precisão dos valores e das datas de seu recebimento e são aplicadas nos projetos que a Entidade desenvolve (nota explicativa nº 1).

#### Doações e convênios vinculados

As doações recebidas vinculadas ao projeto Lei de Incentivo ao Esporte, são registradas quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade e são reconhecidas como passivo, sendo apropriadas ao resultado à medida que transcorra o prazo e a execução dos compromissos assumidos em contrapartida ao recebimento das doações e de convênios.

#### f) Ativo imobilizado

##### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de benfeitorias em propriedade de terceiros (imóvel doado em processo de regularização legal) inclui o custo de materiais, mão de obra direta e outros custos para colocar o imóvel em condição necessária para a operação da Entidade.

A depreciação é reconhecida no resultado utilizando o método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Em 2018, a Entidade revisou a estimativa de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado concluindo pela não necessidade de ajustes nas estimativas da vida útil. As vidas úteis estimadas pela Administração são as seguintes:

- Móveis e utensílios - 10 anos.
- Máquinas e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de informática - 5 anos.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 25 anos.
- Instalações - 5 anos.
- Veículos - 5 anos.

A vida útil estimada para benfeitorias em imóveis de terceiros considera a premissa da regularização pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da doação do imóvel sede da ONG Viva Rio para a Luta pela Paz.

g) Provisões e passivos circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Entidade em virtude do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas da seguinte forma: (i) para causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado como provável, são constituídas provisões; (ii) para as causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado possível, as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas; e (iii) para as causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado como remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da Entidade, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras de recursos destinados a projetos são reconhecidas contra o passivo caso ainda não tenham sido realizadas integralmente.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i) Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018. A aplicação dessas normas não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no exercício atual e nem em exercícios anteriores.

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substituiu a orientação no IAS 39 (CPC 48), tendo como principais alterações: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de "impairment" para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.



A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Entidade, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua reavaliação, assim como não apresentam risco de "impairment" ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

- IFRS 15/CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes - A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2018.

Como parte do compromisso de o CPC adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas "International Financial Reporting Standards - IFRS", certas alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, editadas pelo CPC que entrarão em vigor para períodos a incorrer em ou após 1º de janeiro de 2019. Os principais pronunciamentos contábeis que sofreram modificações estão descritos a seguir:

#### IFRS 16 (CPC 06 R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros na visão dos arrendatários, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços dos arrendatários. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações. Em 31 de dezembro de 2018 a Entidade está avaliando o novo pronunciamento para mensurar eventuais impactos em suas demonstrações financeiras para fazer o ajuste de forma prospectiva.

Adicionalmente, a Entidade entende que as seguintes alterações em normas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Luta Pela Paz ou não são aplicáveis às suas operações.

- IFRS 17 - Contratos de seguros - em vigor a partir de 01/01/2021;
- Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28/IAS 40) - em vigor a partir de 01/01/2019;
- IFRIC 23/ICPC22 - Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda - em vigor a partir de 01/01/2019; e
- Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 - 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização - em vigor a partir de 01/01/2019.

A adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, CAIXA RESTRITO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS RESTRITOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	5.955	7.158
Aplicações financeiras	400.240	41.567
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>406.195</u>	<u>48.725</u>

Os recursos existentes de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são decorrentes de doações efetuadas aos projetos sociais a serem utilizados nos gastos correntes das operações da Entidade.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras, que são de grande liquidez e prontamente conversíveis em montantes conhecidos de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão em fundo de investimento "Bradesco FIC FI Referencial DI Special", remuneradas de acordo com variação do CDI ("Certificado de Depósito Interbancário"). Em 2018, o Fundo teve rentabilidade média de 93,27% do CDI e em 2017 rentabilidade média de 89,2%.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa restrito circulante (a)	204.739	437.865
Títulos e valores mobiliários circulante (b)	160.175	745.877
Títulos e valores mobiliários restritos não circulante (c)	1.942.110	1.569.331

(a) Os recursos existentes em Caixa Restrito referem-se ao saldo liberado pelo Ministério do Esporte, transferidos da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos, captados através da Lei do Incentivo ao Esporte para utilização nos projetos da Entidade (conforme nota explicativa nº 7).

(b) A Entidade possui, substancialmente, investimento em fundo de investimento "Bradesco FIC FI Referencial DI Special", remuneradas de acordo com variação do CDI ("Certificado de Depósito Interbancário"). Em 2018, o Fundo teve rentabilidade média de 93,27% do CDI e em 2017 rentabilidade média de 89,2%.

São considerados como Títulos e Valores Mobiliários visto os recursos obtidos dos projetos ainda não foram iniciados ou não estão liberados para utilização pelo Ministério do Esporte.

- (c) Foi aprovada em reunião de diretoria na data de 26 de maio de 2017, a criação de uma reserva financeira que só poderá ser utilizada por aprovação do conselho fiscal ou da assembleia geral, e para finalidades específicas. A mesma poderá ser aumentada por valores que a Entidade entenda ter como sobra de disponibilidade.

## 5. IMOBILIZADO

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Instalações	Total
<b>Custo</b>							
Em 31 de dezembro de 2016	278.965	147.585	82.739	106.289	148.908	24.914	789.400
Adições	-	9.073	-	-	1.233	56.625	66.931
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	278.965	156.658	82.739	106.289	150.141	81.539	856.331
Adições	-	-	-	-	31.437	1.972	33.409
Baixas	(666)	-	-	(122)	(1.264)	-	(2.052)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>278.299</u>	<u>156.658</u>	<u>82.739</u>	<u>106.167</u>	<u>180.314</u>	<u>83.511</u>	<u>887.688</u>
<b>Depreciação</b>							
Em 31 de dezembro de 2016	(68.007)	(40.757)	(70.627)	(60.282)	(50.210)	(12.908)	(302.791)
Adições	(11.132)	(15.522)	(16.612)	(9.373)	(21.818)	(6.228)	(80.685)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	(79.139)	(56.279)	(87.239)	(69.655)	(72.028)	(19.136)	(383.476)
Adições	(10.652)	(19.204)	4.500	(24.450)	(38.958)	(18.021)	(106.786)
Baixas	(666)	-	-	(122)	(1.264)	-	(2.052)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>(90.457)</u>	<u>(75.483)</u>	<u>(82.739)</u>	<u>(94.227)</u>	<u>(112.250)</u>	<u>(37.157)</u>	<u>(492.314)</u>
<b>Imobilizado líquido em</b>							
31 de dezembro de 2016	<u>210.958</u>	<u>106.828</u>	<u>12.112</u>	<u>46.007</u>	<u>98.698</u>	<u>12.006</u>	<u>486.609</u>
31 de dezembro de 2017	<u>199.826</u>	<u>100.379</u>	<u>(4.500)</u>	<u>36.634</u>	<u>78.113</u>	<u>62.403</u>	<u>472.855</u>
31 de dezembro de 2018	<u>187.842</u>	<u>81.175</u>	<u>-</u>	<u>11.940</u>	<u>68.064</u>	<u>46.354</u>	<u>395.374</u>

As adições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se a equipamentos de informática para uso dos projetos. As adições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referem-se a compra de móveis e utensílios e instalações para a sede da Maré e para o escritório da Rua Taylor, 36, sobrado, Lapa, Rio de Janeiro.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sede da Entidade foi doada pela ONG Viva Rio, processo este ainda sob regularização pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Não é cobrado aluguel pela ONG à Entidade. Os custos com sua manutenção e taxas são de responsabilidade da Entidade, bem como as benfeitorias efetuadas ao imóvel. A partir de 2017, a Luta pela Paz iniciou o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel, pagando inclusive valores retroativos desde 2012.

## 6. PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ordenados e salários a pagar	2.361	6.944
Encargos previdenciários sobre serviços prestados (a)	1.862.122	2.016.000
Provisão de férias	2.520	2.520
Encargos sociais	57.676	96.194
Outros	98.304	63.990
	<u>2.022.983</u>	<u>2.185.648</u>

(a) A Entidade, no curso normal de suas operações, adotou, até 31 de dezembro de 2018, práticas que ensejavam risco de penalização pecuniária, decorrentes de assuntos ainda não pacificados na jurisprudência, cuja estimativa encontra-se provisionada.

## 7. LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

Ativo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa restrito - lei de incentivo ao esporte	728.070	-
Títulos e valores mobiliários restritos	227.654	775.243
	<u>955.724</u>	<u>775.243</u>

Passivo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lei de Incentivo ao Esporte	<u>955.724</u>	<u>774.808</u>

Corresponde aos recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06), a serem aplicados em uma conta específica no Banco do Brasil e mantidos como Títulos e Valores Mobiliários Restritos até o encerramento do período de captação, a liberação dos valores ocorre apenas mediante aprovação do Ministério do Esporte sobre o cronograma e a divulgação das atividades. O montante deve ser aplicado em fundo de investimento de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública federal. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Supremo Setor Público FIC FI. O fundo aplica seus recursos em cotas de fundos de investimento que apresentem carteira composta, exclusivamente, por títulos públicos federais pré-fixados ou pós-fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Em 31 de dezembro 2018, a rentabilidade média desse fundo foi de 2,27% e em 2017 rentabilidade média de 7,88%.

Segue abaixo a demonstração da movimentação do passivo:

Campeões Comunitários I (vide nota explicativa nº 1)

Saldo em 31 de dezembro de 2016:	559.891
Liberação do crédito (c)	(564.422)
Atualização monetária (b)	8.132
Saldo em 31 de dezembro de 2017:	3.601
Liberação do crédito (c)	-
Atualização monetária (b)	507
Saldo em 31 de dezembro de 2018:	<u>4.108</u>

Atletas da Paz I (vide nota explicativa nº 1)

Saldo em 31 de dezembro 2016:	643.250
Liberação do crédito (c)	(397.793)
Atualização monetária (b)	20.108
Saldo em 31 de dezembro de 2017:	265.565
Liberação do crédito (c)	(267.609)
Atualização monetária (b)	2.043

Saldo em 31 de dezembro de 2017:	-
Atletas da Paz II (vide nota explicativa nº 1)	

Saldo em 31 de dezembro de 2017:	-
Doação (d)	728.070

Saldo em 31 de dezembro de 2018:	<u>728.070</u>
----------------------------------	----------------

Campeões Comunitários II (vide nota explicativa nº 1)

Saldo em 31 de dezembro de 2016:	-
Doação (a)	505.642

Saldo em 31 de dezembro de 2017:	505.642
Liberação do crédito (c)	(283.693)
Atualização monetária (b)	1.599

Saldo em 31 de dezembro de 2018:	<u>223.548</u>
----------------------------------	----------------

Saldo passivo total em 31 de dezembro de 2018	<u>955.725</u>
---	----------------

A Lei de Incentivo ao Esporte permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido (Lei nº 11.438/06).

O valor total orçado para o projeto Campeões Comunitários I e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$1.499.283, porém o valor total captado foi de R\$1.495.175 até 31 de dezembro de 2017.

O valor total orçado para o projeto Atletas da Paz e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$1.693.983, porém o valor total captado foi de R\$643.250 até 31 de dezembro de 2016.

- (a) O valor total orçado para o projeto Campeões Comunitários II e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$1.674.087, porém o valor total captado foi de R\$505.642 até 31 de dezembro de 2018.

A liberação dos recursos depende do sucesso do processo de captação de cada projeto, permitindo a condução do mesmo em linha com o orçamento apresentado.

- (b) Os recursos captados através da Lei de Incentivo ao Esporte são automaticamente aplicados em fundo de investimento de renda fixa DI até a sua liberação, mediante aprovação do Ministério do Esporte.
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Ministério do Esporte autorizou a liberação de R\$283.693 para utilização da Entidade no Projeto Campeões Comunitários II e R\$267.609 para utilização no Projeto Atletas da Paz e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Ministério do Esporte autorizou a liberação de R\$564.422 para utilização da Entidade no Projeto Campeões Comunitários I e R\$397.793 para utilização no Projeto Atletas da Paz, transferindo os valores da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos para uma Conta de Caixa Restrito.
- (d) O valor total orçado para o projeto Atletas da Paz II e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$1.324.397, porém o valor total captado foi de R\$728.070 até 31 de dezembro de 2018.

## 8. PROVISÃO PARA RISCOS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, concluiu que em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existem processos legais cuja probabilidade de perda da Entidade seja classificada como provável ou possível, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída ou divulgada, respectivamente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da Luta pela Paz em 31 de dezembro de 2018 é composto pelo montante de R\$1.109.384 (R\$1.041.730 em 31 de dezembro de 2017), e é formado pelo superávit (déficit) acumulado dos exercícios. A destinação do superávit acumulado é aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente.

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 10.1. Fight For Peace Internacional

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi recebida pela Entidade doação da Fight For Peace Internacional, no montante de R\$1.242.425 (R\$465.946 em 31 de dezembro de 2017), sem vínculo a projeto específico. A Fight For Peace Internacional é uma instituição fundada por Luke Dowdney, associado fundador e diretor da Entidade.

## 10.2. JL Oficina de Ideias e Organização de Eventos Ltda.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos honorários no montante de R\$165.535 (R\$295.397 em 31 de dezembro de 2017), relativos a prestação de serviços administrativos. A JL tem como acionista um dos diretores Entidade que recebeu por parte da JL durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 honorários no montante de R\$165.535 (R\$151.372 em 31 de dezembro de 2017).

## 10.3. Remuneração do pessoal-chave

A Entidade considera como pessoas chave da Administração seus diretores, sendo que apenas dois deles são remunerados, por dedicarem-se em tempo integral a Entidade. A remuneração da diretoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$442.741 (R\$458.236 em 31 de dezembro de 2017). Tais remunerações não consideram os pagamentos efetuados para a JL, acima descritos.

Todos os valores pagos pela Entidade aos seus administradores ou partes relacionadas a eles foram aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de novembro de 2018.

## 11. RECEITAS COM DOAÇÕES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ministério do Esporte (c)	551.302	962.215
Fight For Peace Internacional (a)	1.242.425	465.946
IKEA (b)	415.599	332.339
Comitê Olímpico Brasileiro (d)	206.026	874.535
Comitê Olímpico Internacional (e)	-	864.000
Petrobras	842.912	-
British CommonWealth	9.000	-
Itaú Social	250.000	-
Trafigura Foundation	25.499	153.894
Laureus Sport for Good Foundation	293.786	224.285
Empower	-	24.450
HNG/UFC	75.036	-
Embraer	30.000	-
Unesco (Criança Esperança)	22.499	236.241
Doações de pessoas físicas	13.723	10.013
Holman Fenwick Willan - HFW	188.771	-
George Osborne	241.900	-
Wise - Swiss Philanthropy (b)	352.500	498.000
Julius Baer	453.183	-
Instituto Phi	49.875	-
Fundo Socioambiental Caixa - FSA	94.000	-
Jacobs Foundation	191.500	-
Instituto Arredondar	10.664	68.175
Comic Relief (f)	58.680	441.200
Tom Biggarts	49.704	-
Junclair	-	288.236
Porticus	-	517.076
ACG Participações	-	200.000
Fundação Repsol	-	38.024
Lloyds Brasil	-	5.071
WBHF	18.579	25.409
Aliança Empreendedora	-	15.000
Rede Brasil	-	6.500

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Gemachado Comércio de Alimentos	1.400	800
Jungle Jiu-Jitsu Eireli ME	-	290
Soko Assessoria	15.000	-
Stripe Brasil	3.404	5.945
Reebok	393.215	395.306
Dream Work	360	-
Srm Consultoria	2.353	4.601
Doare Gestão Fin.	-	810
JS Brasil Consultoria	5.244	-
Homan Fenwick Wil	-	39.300
(-) Devolução de recursos	-	(1.875)
<b>Total de doações</b>	<b><u>6.108.141</u></b>	<b><u>6.695.786</u></b>

(a) A Fight For Peace Internacional é uma organização sem fins lucrativos ("charity"), cujo fundador e diretor, Luke Dowdney, também é fundador e diretor da Luta pela Paz. A Fight For Peace Internacional e a Luta pela Paz integram um conjunto internacional de organizações similares e com objetivos igualmente voltados para a assistência social da Federação.

(b) Projeto "Na Ativa": Em 01 de julho de 2016, foi estabelecido um acordo de contribuição financeira com a Ikea Foundation e a Wise Swiss Philantrophy, para o Projeto "NA ATIVA", ambos com validade até 30 de junho de 2019. O valor total desse projeto é de EUR585.415 (que representavam, em julho de 2016, R\$2.048.952). O valor de contrato da Ikea é de EUR281.000 e até 31/12/2018 foi desembolsado EUR281.000.

O valor de financiamento da Wise é de CHF320.000, tendo sido desembolsado até 31/12/2018 o montante de CHF320.000.

(c) Doação referente a Lei de Incentivo ao Esporte (vide nota explicativa nº 7).

(d) Comitê Olímpico Brasileiro: o Comitê Olímpico Brasileiro apoia o projeto "Campeões Comunitários". O repasse do COB à LLP do correspondente em reais ao valor líquido de US\$249.668,30 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito e trinta centavos dólares) na primeira fase e US\$270.000,00 (duzentos e setenta mil dólares) na segunda fase, correspondente ao valor total transferido pelo COI ao COB. O projeto teve início em abril de 2017 e seu término em março de 2018.

O objetivo principal do presente Termo de Cooperação é a conjugação de esforços entre o COB e a LPP para, utilizando os recursos repassados pelo Comitê Olímpico Internacional ao COB, capacitar professores quanto aos valores e princípios que regem o esporte de modo a ampliar a oferta das modalidades esportivas a seguir listadas para crianças do Complexo da Maré, promovendo assim os benefícios do esporte como ferramenta de desenvolvimento pessoal e integração social: Boxe, Taekwondo, Judô, Lutas Associadas e Capoeira.

(e) Comitê Olímpico Internacional (COI): o valor de US\$270.000,00 corresponde à continuidade da execução do projeto "Campeões Comunitários", descrito acima (para execução em 2018), sendo feito via repasse direto à Luta pela Paz.

(f) Comic Relief apoia o projeto "Maré Unida". Os valores recebidos neste período correspondem ao segundo ano de execução das atividades, conforme descrição de projeto acima.



## 12. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários	(1.887.417)	(1.849.216)
Férias	(218.132)	(117.886)
13º salário	(162.424)	(129.071)
Encargos sociais	(426.741)	(691.698)
Despesas médicas	(268.668)	(203.824)
Outros	(35.989)	(178.908)
	<u>(2.999.371)</u>	<u>(3.170.603)</u>

## 13. DESPESAS COM PROJETOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Serviços de terceiros e encargos previdenciários	(1.838.786)	(2.030.552)
Ajuda de custo (alimentação e transportes - jovens)	(114.841)	(159.620)
Transporte	(82.383)	(82.792)
Lanches e refeições	(46.743)	(122.425)
Despesas com viagens	(155.022)	(41.425)
Telefone	(56.753)	(68.357)
Bolsas de estudo	(68.181)	(102.095)
Uniformes	(42.190)	(21.351)
Aluguel	(74.545)	(81.478)
Energia elétrica	(45.736)	(31.331)
Material de expediente	(40.076)	(42.518)
Despesas tributárias	(1.648)	(1.738)
Manutenção e conservação	(140.617)	(214.926)
Material de consumo	(39.775)	(18.818)
Outras despesas (*)	(331.434)	(439.408)
Total despesas	<u>(3.078.730)</u>	<u>(3.458.834)</u>

(\*) Refere-se basicamente a cursos, seguros contratados, registro de atletas, divulgação inconstitucional, despesas diversas de projetos e internet.

## 14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	95.369	141.949
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(41.674)	(11.225)
Multas e juros	(17.040)	(3.956)
IRRF	(6.410)	(28.312)
Outros	(2.015)	(16.466)
Total de despesas financeiras	<u>(67.139)</u>	<u>(59.959)</u>
Total do resultado financeiro	<u>28.230</u>	<u>81.990</u>

## 15. IMPOSTOS - IRPJ E CSLL

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

## 16. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS (ITCMD)

O Departamento Jurídico da Entidade, concluiu que o ITCMD não incide sobre as doações recebidas pela Entidade, em decorrência da Imunidade tributária estabelecida no artigo 150, inciso VI, linha "c" da Constituição Federal.

Nesse sentido, cumpre salientar que a Entidade, de acordo com o Estatuto Social (artigo 3º), é uma organização sem fins lucrativos que se destina à coletividade, especialmente às crianças e jovens, utilizando o esporte como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento pessoal, fazendo jus, portanto, à Imunidade constitucional estabelecida.

## 17. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 17.1. Gerenciamento de Riscos

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outros passivos circulantes.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores justos que poderiam ser obtidos em sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Devido às características e à forma de suas operações, e considerando sua posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, a Entidade está sujeita aos seguintes principais fatores de risco:

- Risco de crédito

Com relação aos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$406.195 em 31 de dezembro de 2018 (R\$48.725 em 31 de dezembro de 2017), e títulos e valores mobiliários restritos e não restritos R\$2.329.941 em 31 de dezembro de 2018 (R\$3.090.451 em 31 de dezembro de 2017), a Entidade opera com instituições financeiras julgadas pela Administração como de "primeira linha".

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalente de caixa	4	406.195	48.725
Títulos e valores mobiliários	4	160.175	745.877
Caixa restrito	4	204.739	437.865
Caixa restrito - lei de incentivo ao esporte	7	728.070	-
Títulos e valores mobiliários restrito	7	227.654	775.243
Títulos e valores mobiliários restrito	4	1.942.110	1.569.331
Total		<u>3.668.943</u>	<u>3.577.041</u>

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade apresenta capital circulante negativo de R\$1.278.668 (R\$932.802 em 31 de dezembro de 2017). Para diminuir esse efeito, a Administração irá envidar esforços para aumentar o superávit do exercício. Deve ser ressaltado também que, em caso de necessidades financeiras, e desde que aprovado através de assembleia geral, poderá ser usada, parcial ou totalmente, a reserva financeira criada em 2017 (títulos e valores mobiliários restritos), classificada no ativo não circulante, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.942.110 (R\$1.569.331 em 31 de dezembro de 2017).

- Risco de mercado

Risco de mercado significa que alterações nas taxas de juros podem provocar alterações nas receitas e despesas da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro para a Entidade.

Os principais ativos da Entidade tratam-se de títulos de valores mobiliários e aplicações financeiras, restritos e não restritos, em CDI, no montante de R\$2.329.941 (R\$3.090.451 em 31 de dezembro de 2017).

#### Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como as contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado.

#### Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, como segue:

Descrição	<u>Exposição</u> 2018	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u> Provável	<u>Cenário II</u> Possível	<u>Cenário III</u> Remoto
				*	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Aplicações financeiras	400.240	Alta do CDI*	Resultado	(19.371)	(24.214)	(29.056)

\* Considera o CDI de 30 de setembro de 2020 (4,84% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2019.

## 18. COMPROMISSOS

Em abril de 2015 foi firmado novo contrato de aluguel do escritório situado na Rua Taylor, 36, Centro, Rio de Janeiro, com vigência de 48 meses. Este contrato é atualizado pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M/RJ. Após constatação de problemas estruturais no imóvel, o mesmo foi devolvido sem nenhum ônus adicional para a Entidade de acordo com o Termo de Entrega de Chaves na data de 02 de maio de 2018 firmado entre o locatário e o locador no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas com arrendamentos operacionais totalizaram R\$81.028.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas com arrendamentos operacionais totalizaram R\$74.546.

## 19. COBERTURA DE SEGUROS (não revisado pelos auditores independentes)

A Entidade possui seguros contratados para seu imóvel sede, instalações e equipamentos totalizando R\$1.470.000 de importância segurada. A seguir, as coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2018:

Objetos de seguro	Cobertura	Valor segurado	Seguradora	Data de fim de vigência
Imóveis	Incêndio/raio/explosão	1.000.000	Bradesco	22/03/2019
	Queda de raio - estabelecimento de ensino	400.000	Bradesco	22/03/2019
	Danos elétricos	50.000	Bradesco	22/03/2019
	Vendaval/fumaça	20.000	Bradesco	22/03/2019
Total		<u>1.470.000</u>		

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## 20. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 20.1. Principais doações recebidas

Abaixo listamos as principais doações recebidas pela Entidade em 2019, até a presente data:

Doador	Valor	Projeto
COMIC RELIEF	482.182	Diversos
LAUREUS	236.400	Atletas da Paz
REEBOK ROYALTIES (VIA FFPI)	693.215	Diversos
FIGHT FOR PEACE (SUSTAINABILITY)	1.162.881	Diversos
JULIUS BAER	465.000	Empregabilidade - Curso Técnico
UNESCO - CRIANÇA ESPERANÇA	283.383	Atletas da Paz
INSTITUTO PHI	49.875	Diversos
SUS (RESEVE)	315.993	Diversos
PETROBRAS	838.903	Maré Unida
Total	<u>4.527.832</u>	